PODER LEGISLATIVO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

PROJETO DE LEI Nº 712/2024

AUTORES:DEPUTADO NELSON JUSTUS

EMENTA:

RECONHECE O BAIRRO COLÔNIA SANTA GABRIELA, NO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, COMO PATRIMÔNIO DE NATUREZA CULTURAL E IMATERIAL DO ESTADO DO PARANÁ.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 712/2024

PROJETO DE LEI Nº /2024

RECONHCE O BAIRRO COLÔNIA SANTA GABRIELA, NO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, COMO PATRIMÔNIO DE NATUREZA CULTURAL E IMATERIAL DO ESTADO DO PARANÁ

Art. 1º- Reconhece o bairro Colônia Santa Gabriela, no Município de Almirante Tamandaré, como patrimônio de natureza cultural e imaterial do Estado do Paraná.

Art. 2º- Para fins do cumprimento do disposto nesta Lei o Poder Executivo poderá promover através dos órgãos competentes da Cultura o registro do Bem Cultural e Imaterial no Livro de Registro das Celebrações e Livro de Registro dos Lugares que constituem o Patrimônio Cultural Paranaense.

Art. 3º- Diante da importância cultural e ambiental do Bairro Colônia Santa Gabriela no Município de Almirante Tamandaré, bem como objetivando, a manutenção de sua identidade, história, cultura, tradições e a sustentabilidade ambiental.

Art. 4º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 26 de novembro de 2024.

DEPUTADO NELSON JUSTUS

Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa reconhecer o bairro Colônia Santa Gabriela, no Município de Almirante Tamandaré, como patrimônio de natureza cultural e imaterial do Estado do Paraná.

O patrimônio cultural de cada comunidade pode ser considerado a sua cédula de identidade. Os municípios devem, dentro do seu escopo, ser protagonistas no tocante à preservação de sua própria identidade, garantindo assim o

respeito à memória e a manutenção de qualidade de vida de seus bairros.

Com o desenvolvimento e o crescimento da cidade, muitas vezes, vão se perdendo peças importantíssimas da memória urbana de um município e de seus bairros. Os mecanismos legais de controle e direcionamento deste crescimento do Município de Almirante Tamandaré, tem como dever preservar de seus bairros, mas, principalmente, a cultura e a história de seu povo.

Importante lembrar, que o patrimônio cultural de uma comunidade é composto, além de monumentos e conjuntos de construções, também pelas suas tradições, seus costumes, sua arte e religiosidade, componentes de fundamental importância para a memória, a identidade a criatividade e a riqueza das culturas.

No bairro Colônia Santa Gabriela, em Almirante Tamadaré, ocorre tradicionais festas promovidas pela Comunidade, nos meses de dezembro a tradicional; Festa do Padroeiro do Bairro São Francisco Xavier, no mês de julho; a festa de Santo Antônio, no mês de maio; o tradicional jantar da Quirera, ambas comemorações que são realizadas a mais de 30(trinta) anos, comemorações essas que formaram o bairro Colônia Santa Gabriela, e justifica o seu reconhecimento como patrimônio cultural e imaterial do Estado do Paraná.

O Oratório de São Carlos Borromeo, foi construído em 1939, numa encruzilhada próxima à Igreja de São Francisco Xavério, na Colônia Gabriela, e esta edificado na Rua das Laranjeiras no entroncamento com a Rua das Palmeiras, no Bairro Colônia Santa Gabriela, no Município de Almirante Tamandaré, foi devidamente reconhecido como patrimônio histórico e devidamente Tombado de acordo com o Processo nº 071/79, Inscrição nº 70, Livro do Tombo Histórico, datado de 13/03/1979, sendo considerado o primeiro Patrimônio Histórico Cultural do Paraná. Esse monumento religioso está localizado na Colônia Gabriela, criada no século XIX por imigrantes europeus. A construção do Oratório foi por iniciativa dos próprios moradores, expressando a forte religiosidade da colônia.

Na data de 07 de fevereiro de 1886, 180 imigrantes (sendo maioria italianos e poloneses) foram assentados legalmente no antigo Sitio Ressaca às margens do Rio Barigui, para fundarem a Colônia Santa Gabriela, que possuía inicialmente 40 lotes com tamanho que variavam de 7 a 8 ha distribuídos em uma área de 216,00 ha. Esses imigrantes ficaram instalados em um Barracão de oficio, da imigração, que foi construído no terreno que pertenceu a um dos primeiros imigrantes da colônia, Jose Antoniaccomi, que ficou conhecido pelo apelido de BEPO BARRACAO.

O engenheiro responsável pelo projeto foi o Sr. Manoel Francisco T. Correia. Já a denominação da localidade se vincula a uma homenagem a Senhora Gabriela de Escrangnolle Taunay, mãe do Presidente da Província do Paraná Alfredo Taunay, a qual se anexou a expressão “Santa” para enfatizar o aspecto religioso.

Os imigrantes, que vieram para as colônias em volta de Curitiba, trouxeram consigo uma forte religiosidade que tornava a igreja o centro social de cada comunidade. As pequenas capelas, os Oratórios e “passos” de procissões, distribuídos ao longo dos caminhos, marcavam os pontos altos de devoção onde as procissões paravam para cultuar um santo ou uma estação da Via Sacra de Cristo. Relata o Sr. Jose Antônio Granato, morador e historiador do bairro, que a primeira igreja construída toda em madeira na Colônia data do período de 1903 e cita nome de alguns imigrantes que fundaram a Colônia Santa Gabriela, Jose Antoniacomi, Jose Bonatto, Bortolo Cunico, Jose Gasparin, Antonio e Angelo Mazarotto, Andre e Angelo Giradello entre outras famílias ao lado da Colônia Santa Gabriela do Lado do Abranches.

Dessa forma, o Bairro da Colônia Santa Gabriela tem orgulho de ter o primeiro Patrimônio Histórico Cultural do Município de Almirante Tamandaré do Paraná e considera que o mesmo deva fazer parte do Roteiro Turístico

Religioso do Estado do Paraná e no roteiro turístico da cidade, junto com suas festas, para que nossas crianças conheçam essa história, que os professores possam trazer seus alunos para conhecer esse importante patrimônio cultural.

Por essa razão solicito aos nobres Deputados o apoiamento a aprovação da presente proposta.

DEPUTADO NELSON JUSTUS

Documento assinado eletronicamente em 26/11/2024, às 16:28, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://consultas.assembleia.pr.leg.br/#/documento informando o código verificador **712** e o código CRC **1A7C3A2E6B4C9AF**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Pc Nossa Senhora De Salete SN - Bairro Centro Cívico - CEP 80530911 - Curitiba - PR - https://www.assembleia.pr.leg.br

INFORMAÇÃO Nº 18650/2024

Informo que esta proposição foi apresentada na **Sessão Ordinária do dia 27 de novembro de 2024** e foi autuada como **Projeto de Lei nº 712/2024.**

Curitiba, 27 de novembro de 2024.

Camila Brunetta
Mat. 20.373

CAMILA BRUNETTA SILVA

Documento assinado eletronicamente em 27/11/2024, às 10:17, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://consultas.assembleia.pr.leg.br/#/documento informando o código verificador **18650** e o código CRC **1C7D3E2C7E1F3AD**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Pc Nossa Senhora De Salete SN - Bairro Centro Cívico - CEP 80530911 - Curitiba - PR - https://www.assembleia.pr.leg.br

INFORMAÇÃO Nº 18652/2024

Informo que, revendo nossos registros em busca preliminar, constata-se que a presente proposição não possui similar nesta Casa.

Curitiba, 27 de novembro de 2024.

Danielle Requião
Mat. 20.626

ASSINATURA ELETRÔNICA

DANIELLE REQUIAO

Documento assinado eletronicamente em 27/11/2024, às 10:18, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://consultas.assembleia.pr.leg.br/#/documento informando o código verificador **18652** e o código CRC **1F7F3A2D7C1F3EF**

DESPACHO - DL Nº 11558/2024

Ciente;

Encaminhe-se à Comissão de Constituição e Justiça.

Dylliardi Alessi
Diretor Legislativo

ASSINATURA ELETRÔNICA

DYLLIARDI ALESSI

Documento assinado eletronicamente em 27/11/2024, às 11:05, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://consultas.assembleia.pr.leg.br/#/documento informando o código verificador **11558** e o código CRC **1D7B3E2F7A1B3FA**

PARECER DE COMISSÃO Nº 1042/2024

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 712/2024

PL Nº 712/2024

AUTORIA: DEPUTADO NELSON JUSTUS

RECONHECE O BAIRRO COLÔNIA SANTA GABRIELA, NO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, COMO PATRIMÔNIO DE NATUREZA CULTURAL E IMATERIAL DO ESTADO DO PARANÁ

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Nelson Justus, autuado sob o nº 712/2024, tem por objetivo reconhecer o bairro Colônia Santa Gabriela, no Município de Almirante Tamandaré, como patrimônio de natureza cultural e imaterial do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Prefacialmente, destaque-se que o art. 41 do RIALEP atesta as competências da presente comissão que, em suma, se concretiza em emitir parecer quanto à constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural das proposições.

Mencionada a competência desta Comissão para a emissão de pareceres técnicos sobre as proposições, passa-se a analisar os demais elementos necessários.

Quanto à competência para a iniciativa de projetos, verifica-se que encontra amparo no art. 162, inciso I, §1º do RIALEP.

Seguindo a mesma orientação, a Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 65 estabelece regra assemelhada que inclusive delineou a acima citada.

O Projeto de Lei em questão tem por finalidade reconhecer o bairro Colônia Santa Gabriela, no Município de Almirante Tamandaré, como patrimônio de natureza cultural e imaterial do Estado do Paraná.

Sobre o tema, a Constituição Federal define, em seu art. 24, VII, a competência concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal para legislar sobre proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico:

> ***Art. 24.*** *Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*
>
> ***VII –*** *proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;*

A própria Carta Magna traz também, em seus artigos 2015 e 216, o papel do Estado no incentivo à valorização, difusão, promoção e proteção das manifestações culturais, bem como a previsão dos bens que constituem o patrimônio cultural brasileiro:

> ***Art. 215.*** *O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.*
>
> ***Art. 216.*** *Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:*
>
> ***I -*** *as formas de expressão;*
>
> ***II -*** *os modos de criar, fazer e viver;*
>
> ***III -*** *as criações científicas, artísticas e tecnológicas;*
>
> ***IV -*** *as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;*
>
> ***V -*** *os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.*
>
> ***§1º*** *O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.*

No mesmo sentido, a Constituição do Estado do Paraná prevê, em seu art. 191, a necessidade de preservação dos seus bens materiais e imateriais:

> ***Art. 191.*** *Os bens materiais e imateriais referentes às características da cultura, no Paraná, constituem patrimônio comum que deverá ser preservado através do Estado com a cooperação da comunidade.*

> ***Parágrafo único.*** *Cabe ao Poder Público manter, a nível estadual e municipal, órgão ou serviço de gestão, preservação e pesquisa relativo ao patrimônio cultural paranaense, através da comunidade ou em seu nome.*

O Projeto de Lei em análise vem justamente no sentido de buscar a proteção a manifestação e patrimônio cultural do nosso Estado, fazendo com que a sua história e seus padrões sejam solidificados e reconhecidos a nível estadual.

Por fim, com relação à LC nº 101/2000 o presente projeto não encontra nenhum óbice em sua regular tramitação e, no que tange à técnica legislativa, atende os requisitos da Lei Complementar Federal n° 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar n° 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do projeto de lei, tendo em vista sua **CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE**, bem como por preencher os requisitos de Técnica Legislativa.

Curitiba, 03 de dezembro de 2024.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Presidente

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS

Relator

ASSINATURA ELETRÔNICA

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS

Documento assinado eletronicamente em 03/12/2024, às 14:54, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://consultas.assembleia.pr.leg.br/#/documento informando o código verificador **1042** e o código CRC **1C7E3F3A2B4D7FC**

INFORMAÇÃO Nº 18982/2024

Informo que o Projeto de Lei n° 712/2024, de autoria do Deputado Nelson Justus, recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça. O parecer foi aprovado na reunião do dia 3 de dezembro de 2024.

O projeto está em condições de prosseguir seu trâmite.

Curitiba, 3 de dezembro de 2024.

Maria Henrique de Paula
Mat. 40.668

MARIA HENRIQUE

Documento assinado eletronicamente em 04/12/2024, às 10:56, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://consultas.assembleia.pr.leg.br/#/documento informando o código verificador **18982** e o código CRC **1D7D3F3E2A5E7DD**

DESPACHO - DL Nº 11726/2024

Ciente;

Encaminhe-se à Comissão de Cultura.

Dylliardi Alessi
Diretor Legislativo

ASSINATURA ELETRÔNICA

DYLLIARDI ALESSI

Documento assinado eletronicamente em 04/12/2024, às 11:10, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://consultas.assembleia.pr.leg.br/#/documento informando o código verificador **11726** e o código CRC **1D7E3A3C3B2D1CD**

PARECER DE COMISSÃO Nº 1065/2024

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 712/2024

Projeto de Lei nº 712/2024

Autores: Dep. Nelson Justus

DA **COMISSÃO DE CULTURA** SOBRE O PROJETO DE LEI N° 712/2024. RECONHECE O BAIRRO COLÔNIA SANTA GABRIELA, NO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, COMO PATRIMÔNIO DE NATUREZA CULTURAL E IMATERIAL DO ESTADO DO PARANÁ.

RELATÓRIO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Justus, tem como objetivo reconhecer o Bairro Colônia Santa Gabriela, no Município de Almirante Tamandaré, como Patrimônio de natureza cultural e imaterial do Estado do Paraná.

Na Comissão de Constituição e Justiça, o Projeto de Lei em análise recebeu parecer favorável, sendo o mesmo aprovado.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Cultura, em consonância ao disposto no artigo 58, do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, manifestar-se sobre:

Art. 58. Cabe à Comissão de Cultura manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada ao desenvolvimento cultural, arqueológico, artístico e ao patrimônio histórico.

O Projeto de Lei tem por objetivo reconhecer o Bairro Colônia Santa Gabriela, no Município de Almirante Tamandaré, como Patrimônio de natureza cultural e imaterial do Estado do Paraná.

O bairro Colônia Santa Gabriela, em Almirante Tamandaré, ocorre tradicionais festas promovidas pela Comunidade, nos meses de dezembro a tradicional; Festa do Padroeiro do Bairro São Francisco Xavier, no mês de julho; a festa de Santo Antônio, no mês de maio; o tradicional jantar da Quirera, ambas comemorações que são realizadas a mais de 30 (trinta) anos, comemorações essas que formaram o bairro Colônia Santa Gabriela, e justifica o seu reconhecimento como patrimônio cultural e imaterial do Estado do Paraná.

Dessa forma, o Bairro da Colônia Santa Gabriela tem orgulho de ter o primeiro Patrimônio Histórico Cultural do Município de Almirante Tamandaré do Paraná e considera que o mesmo deva fazer parte do Roteiro Turístico Religioso do Estado do Paraná e no roteiro turístico da cidade, junto com suas festas, para que nossas crianças conheçam essa história, que os professores possam trazer seus alunos para conhecer esse importante patrimônio cultural.

Isso posto, considerando a Competência desta Comissão de Cultura o Projeto em análise não afronta qualquer disposição legal pertinente às competências desta comissão, não encontramos óbice à sua regular tramitação.

CONCLUSÃO

Nada mais havendo a acrescentar, encerro meu voto relatando pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei, tendo em vista a adequação dos preceitos legais ensejados de atuação desta Comissão de Cultura.

Curitiba, 03 de dezembro de 2024

DEP. NELSON JUSTUS

Presidente

DEP. BATATINHA

Relator

ASSINATURA ELETRÔNICA

DEPUTADO BATATINHA

Documento assinado eletronicamente em 04/12/2024, às 11:23, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://consultas.assembleia.pr.leg.br/#/documento informando o código verificador **1065** e o código CRC **1F7F3C3F3E2E2FB**

INFORMAÇÃO Nº 19016/2024

Informo que o Projeto de Lei n° 712/2024, de autoria do Deputado Nelson Justus, recebeu parecer favorável na Comissão de Cultura. O parecer foi aprovado na reunião do dia 4 de dezembro de 2024.

O projeto recebeu pareceres das Comissões a seguir indicadas e está em condições de prosseguir seu trâmite.

Comissões com pareceres **favoráveis:**

- Comissão de Constituição e Justiça; e

- Comissão de Cultura.

Curitiba, 4 de dezembro de 2024.

Maria Henrique de Paula
Mat. 40.668

ASSINATURA ELETRÔNICA

MARIA HENRIQUE

Documento assinado eletronicamente em 04/12/2024, às 11:35, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://consultas.assembleia.pr.leg.br/#/documento informando o código verificador **19016** e o código CRC **1F7D3C3E3B2B2AB**

DESPACHO - DL Nº 11728/2024

Ciente;

Encaminhe-se à Diretoria de Assistência ao Plenário.

Dylliardi Alessi
Diretor Legislativo

ASSINATURA ELETRÔNICA

DYLLIARDI ALESSI

Documento assinado eletronicamente em 04/12/2024, às 14:03, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://consultas.assembleia.pr.leg.br/#/documento informando o código verificador **11728** e o código CRC **1D7C3D3C3C2D2CB**